

NESTA EDIÇÃO:

Seminário “Segurança da Água para consumo Humano” 1

Eleições Locais ABES/ DF 1

Criado o Conselho de Limpeza Urbana - CONLURB 2

PPP - Parcerias Público Privado do Lixo 3

Nosso time - Parte II- Diretoria 4

Saneamento com participação social será destaque na 45ª Assembléia da ASSEMAE 4

ABES



Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
Seção Distrito Federal - ABES/DF

SEPN 506 Bloco D Sala 124 . Edifício Sagitarius . Asa Norte
CEP. 70.740-504 Tel: 61 3703-4610
Brasília, DF

Seminário “Segurança da Água para Consumo Humano”

No dia 07/05 a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Seção São Paulo (ABES-SP), por meio de suas Câmaras Técnicas de Saúde Pública e Saneamento e Saúde em Comunidades Isoladas, e a Faculdade de Saúde Pública da USP, por meio do seu Centro de Apoio – CEAP promoveu o Seminário “**Segurança da Água para Consumo Humano – como moldar o futuro da água para as partes interessadas?**”, no Auditório João Yunes da Faculdade de Saúde Pública/ USP, São Paulo-SP.

O Presidente da ABES-DF, Marcos Montenegro palestrou sobre o tema: **Água para con-**

sumo humano: participação e controle social, no Painel 01 - Proteção da Saúde Humana, Comunicação e Responsabilidades.

O evento teve como objetivo contribuir para uma discussão sobre a segurança da água para consumo humano, considerando os contaminantes na água, os riscos para a saúde pública, formas de participação da sociedade e responsabilidades dos setores envolvidos. Além dos debates quanto à qualidade da água, o seminário também discutiu temas sobre os impactos no custo de vida da população em decorrência das mudanças climáticas e as tecnologias utilizadas nos diversos cenários.

Na oportunidade, foi apresentado o CERSA – Centro de Referência em Segurança da Água Brasil-Portugal, cujo lançamento ocorreu em duas sessões públicas, em Portugal (Braga) e aqui no Brasil (Brasília). O CERSA tem como missão criar e disseminar conhecimento científico e tecnológico em temáticas relacionadas com a segurança da água, contribuindo, desta forma, para a proteção da saúde pública e para a promoção da qualidade de vida na sociedade moderna.

ABES-DF



Eleições Locais para Diretoria das Seções Estaduais, Conselhos Consultivos das Seções, Conselhos Fiscais Estaduais, Representantes das Seções junto ao Conselho Diretor

Como acontece nos anos ímpares, a ABES-DF promoverá Eleições Locais com vistas à escolha dos dirigentes da Entidade para o Biênio 20-15/2017.

Serão renovados os cargos para Diretoria das Seções Estaduais, Conselhos Consultivos das Seções, Conselhos Fiscais Estaduais, Representantes das Seções junto ao Conselho Diretor, Diretoria das Subseções e Representantes das Subseções junto ao Conselho Consultivo.

Consolidando o processo democrático pelo qual a ABES vem se empenhando nos últimos anos, o associado poderá votar por meio da **Votação em Urnas Eletrônicas através da Internet**. Pela home-page Nacional da ABES (www.abes-dn.org.br), através do link [Eleições Locais 2015](#), o

associado poderá não só acompanhar o processo eleitoral como também, entre **os dias 10 e 11 de junho**, exercer seu direito de voto.

Para acesso ao Módulo de Votação, o associado deverá ter em mãos o número de sua matrícula e sua senha, fornecidas previamente por e-mail pela ABES Nacional. Todas as instruções necessárias para utilização do Módulo de Votação estarão disponíveis junto ao link do mesmo.

É importante lembrar que caso o associado esteja em situação de débito com a associação, deverá primeiro quitá-lo antes de acessar o Módulo de Votação. Caso contrário, não poderá votar conforme determina o Estatuto da ABES. Para maiores informações, entrar em contato com a Sra. Lucimar Cruz, responsável pelo Setor de Cadastro da ABES, através do telefone (21) 2277-3909.

Criado o Conselho de Limpeza Urbana - CONLURB

Foi publicado no dia 08/05 o Decreto nº 36486 DE 07/05/2015 que regulamenta o art. 2º, inciso IV e §§ 1º e 2º, da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, que institui o Conselho de Limpeza Urbana - CONLURB.

O Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, decretou a criação do Conselho de Limpeza Urbana - CONLURB, órgão colegiado de natureza consultiva, integrante da estrutura orgânica do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF, tendo por finalidade zelar pela correta aplicação das normas legais e regulamentares relacionadas à Política Distrital de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, com vistas ao acompanhamento e avaliação da gestão dos serviços prestados, bem como o exercício do controle social.

O CONLURB será composto por 22 (vinte e dois) membros, sendo 11 (onze) de Órgãos e Entidades como: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP-DF; Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU-DF; Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP; Agência de Fiscalização do DF -

AGEFIS; Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - BRASÍLIA AMBIENTAL; Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA-DF; Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA; Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal - SERIS-DF; Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE-DF; Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI-DF; Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás - COR-SAP-DF/GO.

Também irão compor o Conselho 11 (onze) membros representantes da sociedade civil de diversas áreas, com mandato de 2 (dois) anos, renovável por igual período.

O Conselho será presidido pelo titular da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo titular do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal.

Serão atribuições do Conselho:

I - propor diretrizes e opinar sobre a Política

Distrital de Resíduos Sólidos;

II - acompanhar a formulação e avaliar o Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

III - acompanhar e avaliar a implementação dos serviços e ações de limpeza urbana e do manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;

IV - emitir opinião sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas;

V - apresentar propostas de Projetos de Lei ou Decretos ao Poder Executivo relacionado à matéria afeta às suas atribuições, sempre acompanhadas da devida exposição de motivos;

VI - articular com outros conselhos existentes no País, nos Municípios, no Distrito Federal e nos Estados, com vistas a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

VII - solicitar a elaboração de estudos com o objetivo de subsidiar as manifestações consultivas;

VIII - aprovar relatório acerca da "Situação de Limpeza Urbana e do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito Federal".

A ABES-DF indicou como suas representantes no Conselho; Titular: Mara Luisa Alvim Motta, Arquiteta, com especialização em gestão ambiental empresarial e Suplente: Tatiana Santana Timóteo Pereira, Engenheira Civil com mestrado em saúde pública.

“O Conselho será presidido pelo titular da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo titular do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal”.

PPP - Parcerias Público Privadas do Lixo

O governador Rodrigo Rollemberg assinou e publicou no Diário Oficial do dia 23 de abril a resolução aprovada no Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas enterrando de vez a mal fadada e bilionária PPP do lixo. Essa iniciativa foi defendida ardentemente no governo Agnelo Queiroz e contestada pelo movimento social, com petição pública acima de 1000 assinaturas. A nova resolução do CGPPP revoga duas outras resoluções, a de nº 58/2012 e a de nº 65/2013, que autorizavam estudos e abertura de processo licitatório na área de resíduos sólidos no DF.

A principal divergência é que a proposta do governo anterior destinava para um único grupo empresarial todo o processo de tratamento do lixo por 30 anos num valor estimado de R\$ 12 bilhões. Esse modelo foi contestado por especialistas na área, pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES - Seção DF e também pelas cooperativas dos catadores. Com essa decisão, reabre-se o debate sobre os resíduos sólidos no DF, com isso espera-se de maneira mais democrática os interesses públicos acima dos interesses privados.

Segundo o Presidente da ABES-DF, “o que ficou conhecido como PPP do lixo e que por alguns foi chamado “PPP Podre” era uma iniciativa que ao invés de vir ajudar a resolver os graves problemas da Gestão dos Resíduos Sólidos do Distrito Federal iria sem dúvida piorar a prestação do serviço, aumentar desnecessariamente seus custos o que significava a monopolização de toda a prestação de serviço, da varrição até a disposição final nas mãos de um único agente econômico. Uma única empresa que iria receber inicialmente um contrato orçado em 11,8 bilhões de reais”, afirmou.

“Evidentemente, essa empresa tinha a possibilidade de se transformar em um grande eleito do DF, tanto pelo valor do contrato, quanto pela perspectiva de ficar até 35 anos prestando o serviço. Essa iniciativa era ainda mais grave porque ela não vinha acompanhada da qualificação do SLU – Serviço de Limpeza Urbana, para controlar a empreiteira e gerenciar esse contrato. Como estamos testemunhando no início do atual governo, o SLU está precisando de uma completa reestruturação e qualificação”, acrescentou.

“O setor que reúne as empresas privadas, que disputam o

mercado de prestação de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, varrição, limpeza urbana, esta cada vez mais oligopolizado, são grandes empresas comprando empresas médias, de modo em que um grupo relativamente pequeno de empresas ficam com toda influência de mercado. É exatamente esse assunto que estamos vivenciando na Petrobrás, um pequeno grupo de empresas que decide quem e por qual preço leva, o chamado de cartelização. É o rumo que tem tomado a contratação da prestação de serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Brasil”, assegurou.

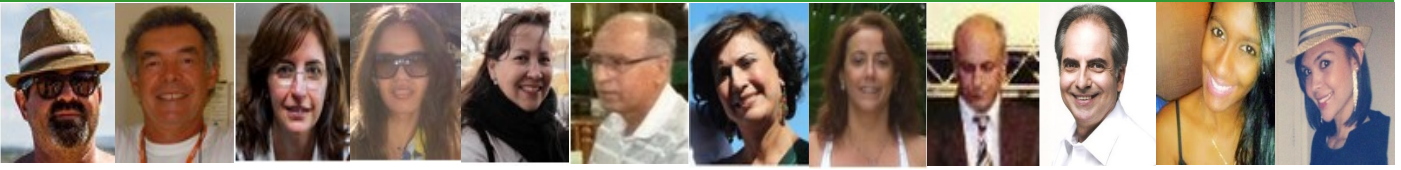
“Essas empresas tem cada vez mais trabalhado a perspectiva de dividir o mercado entre elas, o que diminui a competição e eleva os preços, um risco do ponto de vista da qualidade do serviço. O modelo que foi adotado para a proposta da PPP aqui no DF no governo passado,

era uma proposta que caminhava nesse sentido, porque o sonho dessas grandes empresas é pegar contratos longos de aproximadamente 30 anos em que elas façam tudo e demandem em todo território fazendo todo tipo de serviço, elas ficam praticamente incontroláveis. Já ouvi dirigente dessas empresas dizer que isso é que é uma gestão integrada de resíduos sólidos, ou seja, na visão deles, gestão integrada é uma única empresa fazendo tudo. O que não é verdade, gestão integrada é a articulação de diversas tecnologias, diversos esforços e atores trabalhando juntos e tendo como resultado uma maior qualidade no serviço e menor impacto ambiental”, disse Montenegro.

Matéria adaptada: Fonte Jornal do Romário
Assessoria de Comunicação ABES/DF



Nosso time - Parte II- Diretoria



Da esquerda para direita:

Mauro Roberto Felizatto

Cargo: Conselho Fiscal (suplente)

Sergio Paiva Sampaio

Cargo: Conselho Fiscal (suplente)

Dalma Maria Caixeta

Cargo: Conselho Consultivo

Jucélia Cabral Mendonça

Cargo: Conselho Consultivo

Lucijane Monteiro de Abreu

Cargo: Conselho Consultivo

Marcos Antonio Almeida

Cargo : Conselho Consultivo

Maria Geraldina Salgado

Cargo: Conselho Consultivo

Raquel de Carvalho Brostel

Cargo: Conselho Consultivo

Sérgio Luis da Silva Cotrim

Cargo: Conselho Consultivo

Sérgio Antonio Gonçalves

Cargo: Conselheiro Nacional

Fernanda Cardoso da Silva

Cargo: Estagiária

Wanessa Sousa de Moura

Cargo: Jornalista

Saneamento com participação social será destaque na 45ª Assembléia da Assemae

A 45ª Assembléia Nacional da Assemae acontece de 24 a 29 de maio, em Poços de Caldas (MG), com a presença de gestores públicos, técnicos, prestadores de serviço, estudantes, pesquisadores e demais profissionais relacionados ao saneamento básico.

Atenta ao papel da sociedade na formulação das políticas públicas, a 45ª Assembléia Nacional da Assemae apresenta como tema central "Saneamento Ambiental: políticas integradas com participação social". O evento espera construir alternativas para os desafios do saneamento básico, por meio de mecanismos que garantam o planejamento e a articulação permanente nas esferas do poder público.

A participação da sociedade visa favorecer o desenvolvimento do senso crítico e de responsabilidade nos vários segmentos sociais, contribuindo para a resolução dos problemas que afetam a vida da comunidade. Esse processo se inicia quando várias pessoas decidem compartilhar suas necessidades, aspirações e experiências, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de um determinado grupo. Para tanto, os cidadãos identificam prioridades, estabelecendo metas e estratégias, segundo a realidade de cada local. Em seguida, definem com clareza os diferentes papéis dentro do planejamento das ações.

Como mecanismo de gestão comunitária, a participação aproxima-se dos instrumentos de controle social, pois há a necessidade, por parte da sociedade, de acompanhar o trabalho do poder público, verificando o cumprimento das metas e objetivos planejados. Pelo controle social, o processo participativo deve ser assegurado desde o princípio de sua instituição, o que na prática im-

plica permitir à sociedade decidir sobre a estrutura e a composição das políticas públicas. No saneamento básico, a participação social está diretamente relacionada ao planejamento do setor. Assim, destacam-se os Planos Municipais de Saneamento Básico, instrumentos de planejamento participativo que contribuem para o desenvolvimento sustentável nos municípios e região. Por meio dos planos, a sociedade pode identificar os problemas, diagnosticar demandas de expansão, estudar alternativas, e também delimitar objetivos, metas e investimentos necessários, com vistas ao pleno atendimento da população em abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana.

A vice-presidente da Assemae, Tânia Maria Duarte, que coordenará este debate na Assembléia, comenta a necessidade da gestão participativa e planejada para viabilizar a discussão, o monitoramento e a intervenção no setor. "A inclusão da sociedade na construção das políticas públicas de saneamento básico tem fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida da população. Os cidadãos precisam ser ouvidos nesse processo, incluindo desde os gestores públicos até os usuários dos serviços de saneamento".

O tema será discutido durante o Painel 3, no dia 27 de maio, com a presença dos seguintes especialistas: diretor do Departamento de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA/Ministério das Cidades), Ernani Ciriaco de Miranda; diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP/FUNASA), Ruy Gomide Barreira; superintendente do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (SEMASA/SP), Sebastião Vaz Júnior; professor titular em Saneamento e

participante especial da Universidade Federal da Bahia, Luiz Roberto Santos Moraes; secretário geral da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM/RJ), Fernando Pigatto; representante da Vigilância Interamericana para Defesa e Direito à Água (RedVida), Javier Márquez Valderrama.

As inscrições estão abertas pelo site www.assemae.org.br/assembleianacional.

Fonte: Imprensa da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE



SANEAMENTO AMBIENTAL: POLÍTICAS INTEGRADAS COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Quer participar do Boletim Eletrônico da ABES/DF? Escreva-nos com sugestões de matérias, curiosidades, dúvidas, quer saber mais sobre determinado assunto? Fique a vontade, aqui também é seu espaço.

Responsáveis:
Marcos H. Fernandes Montenegro
Presidente
Lucely de Oliveira Gonçalves
1ª Secretária
Heliana Kátia Tavares Campos
Diretora
Wanessa Sousa de Moura
Jornalista

Envie um e-mail para:
abes-df@abes-dn.org.br

Acesse nosso site:
www.abes-df.org.br

[Facebook.com/ABES-SeçãoDF](https://www.facebook.com/ABES-SeçãoDF)